

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	7
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	8
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	16
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	17
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	20
---	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	54
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	56
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	59
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	60

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
--

61

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	137.990
Preferenciais	255.107
Total	393.097
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	8.062.022	7.553.824	11.297.846
1.01	Ativo Circulante	649.872	292.446	413.166
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	408.700	292.446	60.442
1.01.03	Contas a Receber	240.890	0	352.724
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	240.890	0	352.724
1.01.03.02.01	Juros sobre o Capital Próprio a Receber	40.521	0	0
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	200.369	0	352.724
1.01.07	Despesas Antecipadas	282	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	7.412.150	7.261.378	10.884.680
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	141.910	209.689	189.918
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	141.910	209.689	189.918
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	0	0	7.717
1.02.01.10.04	Tributos a Compensar ou a Recuperar	141.910	209.689	182.201
1.02.02	Investimentos	7.269.133	7.050.664	10.693.863
1.02.03	Imobilizado	140	56	80
1.02.04	Intangível	967	969	819
1.02.04.01	Intangíveis	967	969	819

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	8.062.022	7.553.824	11.297.846
2.01	Passivo Circulante	584.044	50.042	35.192
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.743	973	279
2.01.05	Outras Obrigações	579.301	49.069	34.913
2.01.05.02	Outros	579.301	49.069	34.913
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	546.354	17.326	5.852
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	32.821	31.641	28.990
2.01.05.02.05	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamento	126	102	71
2.02	Passivo Não Circulante	977	972	7.843
2.02.02	Outras Obrigações	977	972	821
2.02.02.02	Outros	977	972	821
2.02.02.02.03	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamento	977	972	821
2.02.04	Provisões	0	0	7.022
2.03	Patrimônio Líquido	7.477.001	7.502.810	11.254.811
2.03.01	Capital Social Realizado	3.100.125	500.125	4.100.000
2.03.04	Reservas de Lucros	4.670.436	5.257.761	2.898.625
2.03.04.01	Reserva Legal	290.346	403.962	300.963
2.03.04.02	Reserva Estatutária	4.380.090	4.853.799	2.597.662
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-293.560	1.744.924	4.256.186

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.646.318	8.017.432	1.461.081
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.445	-27.251	-18.019
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	33	0	0
3.04.04.03	Resultado na Alienação de Imobilizado	33	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-31.535	-35.974	-27.749
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-31.535	-25.943	-27.749
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	0	-10.031	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.698.265	8.080.657	1.506.849
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.646.318	8.017.432	1.461.081
3.06	Resultado Financeiro	81.357	61.829	5.971
3.06.01	Receitas Financeiras	81.498	62.744	12.340
3.06.02	Despesas Financeiras	-141	-915	-6.369
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.727.675	8.079.261	1.467.052
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.727.675	8.079.261	1.467.052
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.727.675	8.079.261	1.467.052
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	8,90495	19,30034	3,95837
3.99.01.02	PN	9,79544	21,23037	4,35421
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	8,90495	19,30034	3,95837
3.99.02.02	PN	9,79544	21,23037	4,35421

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	3.727.675	8.079.261	1.467.052
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.038.484	-2.511.262	901.904
4.02.02	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	-2.038.484	-2.511.262	901.904
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.689.191	5.567.999	2.368.956

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.261.705	4.252.308	978.075
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	8.817	-6.402	-38.363
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.727.675	8.079.261	1.467.052
6.01.01.03	Resultado na Alienação de Imobilizado	-33	0	0
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.698.265	-8.080.657	-1.506.849
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias, Líquidas	-20.495	-4.989	1.468
6.01.01.08	Outros	-65	-17	-34
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.252.888	4.258.710	1.016.438
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em Outros Ativos	126.490	13.531	65.162
6.01.02.02	Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	3.719	1.071	-38.749
6.01.02.03	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Recebidos	1.153.350	4.268.473	1.016.954
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-30.671	-24.365	-26.929
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-129	0	0
6.02.03	Alienação de Imobilizado	73	0	0
6.02.04	Aquisição de Imobilizado	-202	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.145.322	-4.020.304	-1.117.168
6.03.01	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-1.145.322	-4.020.304	-887.855
6.03.03	Liquidação de Debêntures	0	0	-229.313
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	116.254	232.004	-139.093
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	292.446	60.442	199.535
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	408.700	292.446	60.442

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	500.125	0	5.257.761	0	1.744.924	7.502.810
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	500.125	0	5.257.761	0	1.744.924	7.502.810
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.600.000	0	-3.200.000	-1.115.000	0	-1.715.000
5.04.01	Aumentos de Capital	2.600.000	0	-2.600.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-600.000	-780.000	0	-1.380.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-335.000	0	-335.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.727.675	-2.038.484	1.689.191
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.727.675	0	3.727.675
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.038.484	-2.038.484
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	-2.038.484	-2.038.484
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.612.675	-2.612.675	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.612.675	-2.612.675	0	0
5.07	Saldos Finais	3.100.125	0	4.670.436	0	-293.560	7.477.001

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	4.100.000	0	2.898.625	0	4.256.186	11.254.811
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	4.100.000	0	2.898.625	0	4.256.186	11.254.811
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-3.599.875	0	-2.898.625	-2.821.500	0	-9.320.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.660.125	0	-1.660.125	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.238.500	-2.576.500	0	-3.815.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-245.000	0	-245.000
5.04.08	Redução de Capital	-5.260.000	0	0	0	0	-5.260.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.079.261	-2.511.262	5.567.999
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.079.261	0	8.079.261
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.511.262	-2.511.262
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	-2.511.262	-2.511.262
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.257.761	-5.257.761	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.257.761	-5.257.761	0	0
5.07	SalDOS Finais	500.125	0	5.257.761	0	1.744.924	7.502.810

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.100.000	0	2.106.573	0	3.354.282	9.560.855
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.100.000	0	2.106.573	0	3.354.282	9.560.855
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-675.000	0	-675.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-385.000	0	-385.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-290.000	0	-290.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.467.052	901.904	2.368.956
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.467.052	0	1.467.052
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	901.904	901.904
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	901.904	901.904
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	792.052	-792.052	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	792.052	-792.052	0	0
5.07	Saldos Finais	4.100.000	0	2.898.625	0	4.256.186	11.254.811

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.890	-12.127	-6.282
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.688	-10.740	-5.284
7.02.04	Outros	-1.202	-1.387	-998
7.03	Valor Adicionado Bruto	-5.890	-12.127	-6.282
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-5.890	-12.127	-6.282
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.779.796	8.143.401	1.519.189
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.698.265	8.080.657	1.506.849
7.06.02	Receitas Financeiras	81.498	62.744	12.340
7.06.03	Outros	33	0	0
7.06.03.03	Resultado na Alienação de Imobilizado	33	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.773.906	8.131.274	1.512.907
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.773.906	8.131.274	1.512.907
7.08.01	Pessoal	12.983	13.325	10.484
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.480	8.615	5.886
7.08.01.02	Benefícios	5.503	4.710	4.598
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	33.107	27.742	29.002
7.08.02.01	Federais	33.103	27.739	29.001
7.08.02.02	Estaduais	4	3	1
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	141	10.946	6.369
7.08.03.01	Juros	141	915	6.369
7.08.03.03	Outras	0	10.031	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.727.675	8.079.261	1.467.052
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	335.000	245.000	290.000
7.08.04.02	Dividendos	780.000	2.576.500	385.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.612.675	5.257.761	792.052

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	8.062.022	7.553.824	11.297.846
1.01	Ativo Circulante	649.872	294.709	415.287
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	408.700	294.709	62.563
1.01.03	Contas a Receber	240.890	0	352.724
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	240.890	0	352.724
1.01.03.02.01	Juros sobre o Capital Próprio a Receber	40.521	0	0
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	200.369	0	352.724
1.01.07	Despesas Antecipadas	282	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	7.412.150	7.259.115	10.882.559
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	141.910	209.689	189.918
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	141.910	209.689	189.918
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	0	0	7.717
1.02.01.10.04	Tributos a Compensar ou a Recuperar	141.910	209.689	182.201
1.02.02	Investimentos	7.269.133	7.048.401	10.691.742
1.02.03	Imobilizado	140	56	80
1.02.04	Intangível	967	969	819

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	8.062.022	7.553.824	11.297.846
2.01	Passivo Circulante	584.044	50.042	35.192
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.743	973	279
2.01.05	Outras Obrigações	579.301	49.069	34.913
2.01.05.02	Outros	579.301	49.069	34.913
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	546.354	17.326	5.852
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	32.821	31.641	28.990
2.01.05.02.05	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamento	126	102	71
2.02	Passivo Não Circulante	977	972	7.843
2.02.02	Outras Obrigações	977	972	821
2.02.02.02	Outros	977	972	821
2.02.02.02.03	Provisão a Pagar sobre Contratos de Arrendamento	977	972	821
2.02.04	Provisões	0	0	7.022
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	7.477.001	7.502.810	11.254.811
2.03.01	Capital Social Realizado	3.100.125	500.125	4.100.000
2.03.04	Reservas de Lucros	4.670.436	5.257.761	2.898.625
2.03.04.01	Reserva Legal	290.346	403.962	300.963
2.03.04.02	Reserva Estatutária	4.380.090	4.853.799	2.597.662
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-293.560	1.744.924	4.256.186

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.646.379	8.017.274	1.460.597
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.445	-27.267	-18.033
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	33	0	0
3.04.04.03	Resultado na Alienação de Imobilizado	33	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-31.535	-35.974	-27.749
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-31.535	-25.943	-27.749
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	0	-10.031	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.698.326	8.080.515	1.506.379
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.646.379	8.017.274	1.460.597
3.06	Resultado Financeiro	81.296	61.987	6.455
3.06.01	Receitas Financeiras	81.879	62.902	12.824
3.06.02	Despesas Financeiras	-583	-915	-6.369
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.727.675	8.079.261	1.467.052
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.727.675	8.079.261	1.467.052
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	3.727.675	8.079.261	1.467.052
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.727.675	8.079.261	1.467.052
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	8,90495	19,30034	3,95837
3.99.01.02	PN	9,79544	21,23037	4,35421
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	8,90495	19,30034	3,95837
3.99.02.02	PN	9,79544	21,23037	4,35421

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	3.727.675	8.079.261	1.467.052
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.038.484	-2.511.262	901.904
4.02.02	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	-2.038.484	-2.511.262	901.904
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.689.191	5.567.999	2.368.956
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.689.191	5.567.999	2.368.956

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.259.442	4.252.450	978.546
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	8.727	-6.260	-37.892
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.727.675	8.079.261	1.467.052
6.01.01.03	Resultado na Alienação de Imobilizado	-33	0	0
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.698.326	-8.080.515	-1.506.379
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias, Líquidas	-20.524	-4.989	1.469
6.01.01.08	Outros	-65	-17	-34
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.250.715	4.258.710	1.016.438
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em Outros Ativos	124.317	13.531	65.162
6.01.02.02	Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	3.719	1.071	-38.749
6.01.02.03	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	1.153.350	4.268.473	1.016.954
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-30.671	-24.365	-26.929
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-129	0	0
6.02.03	Alienação de Imobilizado	73	0	0
6.02.04	Aquisição de Imobilizado	-202	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.145.322	-4.020.304	-1.117.168
6.03.01	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-1.145.322	-4.020.304	-887.855
6.03.03	Liquidação de Debêntures	0	0	-229.313
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	113.991	232.146	-138.622
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	294.709	62.563	201.185
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	408.700	294.709	62.563

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	500.125	0	5.257.761	0	1.744.924	7.502.810	0	7.502.810
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	500.125	0	5.257.761	0	1.744.924	7.502.810	0	7.502.810
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.600.000	0	-3.200.000	-1.115.000	0	-1.715.000	0	-1.715.000
5.04.01	Aumentos de Capital	2.600.000	0	-2.600.000	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-600.000	-780.000	0	-1.380.000	0	-1.380.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-335.000	0	-335.000	0	-335.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.727.675	-2.038.484	1.689.191	0	1.689.191
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.727.675	0	3.727.675	0	3.727.675
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.038.484	-2.038.484	0	-2.038.484
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	-2.038.484	-2.038.484	0	-2.038.484
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.612.675	-2.612.675	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.612.675	-2.612.675	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.100.125	0	4.670.436	0	-293.560	7.477.001	0	7.477.001

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.100.000	0	2.898.625	0	4.256.186	11.254.811	0	11.254.811
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.100.000	0	2.898.625	0	4.256.186	11.254.811	0	11.254.811
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-3.599.875	0	-2.898.625	-2.821.500	0	-9.320.000	0	-9.320.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.660.125	0	-1.660.125	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.238.500	-2.576.500	0	-3.815.000	0	-3.815.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-245.000	0	-245.000	0	-245.000
5.04.08	Redução de Capital	-5.260.000	0	0	0	0	-5.260.000	0	-5.260.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.079.261	-2.511.262	5.567.999	0	5.567.999
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.079.261	0	8.079.261	0	8.079.261
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.511.262	-2.511.262	0	-2.511.262
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	-2.511.262	-2.511.262	0	-2.511.262
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.257.761	-5.257.761	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.257.761	-5.257.761	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	500.125	0	5.257.761	0	1.744.924	7.502.810	0	7.502.810

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.100.000	0	2.106.573	0	3.354.282	9.560.855	0	9.560.855
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.100.000	0	2.106.573	0	3.354.282	9.560.855	0	9.560.855
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-675.000	0	-675.000	0	-675.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-385.000	0	-385.000	0	-385.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-290.000	0	-290.000	0	-290.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.467.052	901.904	2.368.956	0	2.368.956
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.467.052	0	1.467.052	0	1.467.052
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	901.904	901.904	0	901.904
5.05.02.06	Reflexos de Empresas com Influência Significativa	0	0	0	0	901.904	901.904	0	901.904
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	792.052	-792.052	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	792.052	-792.052	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.100.000	0	2.898.625	0	4.256.186	11.254.811	0	11.254.811

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.890	-12.143	-6.296
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.688	-10.756	-5.284
7.02.04	Outros	-1.202	-1.387	-1.012
7.03	Valor Adicionado Bruto	-5.890	-12.143	-6.296
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-5.890	-12.143	-6.296
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.780.238	8.143.417	1.519.203
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.698.326	8.080.515	1.506.379
7.06.02	Receitas Financeiras	81.879	62.902	12.824
7.06.03	Outros	33	0	0
7.06.03.03	Resultado na Alienação de Imobilizado	33	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.774.348	8.131.274	1.512.907
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.774.348	8.131.274	1.512.907
7.08.01	Pessoal	12.983	13.325	10.484
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.480	8.615	5.886
7.08.01.02	Benefícios	5.503	4.710	4.598
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	33.107	27.742	29.002
7.08.02.01	Federais	33.103	27.739	29.001
7.08.02.02	Estaduais	4	3	1
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	583	10.946	6.369
7.08.03.01	Juros	583	915	6.369
7.08.03.03	Outras	0	10.031	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.727.675	8.079.261	1.467.052
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	335.000	245.000	290.000
7.08.04.02	Dividendos	780.000	2.576.500	385.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.612.675	5.257.761	792.052

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
Mensagem aos Acionistas

Senhoras e senhores acionistas,

A BRADESPAR encerrou 2022 com um dos melhores resultados desde a sua constituição, mesmo considerando que o resultado apurado está ajustado pela operação de redução de capital da Companhia ocorrida em dezembro de 2021, e, conseqüentemente, à nova participação da BRADESPAR no capital social da VALE. No ano, a BRADESPAR registrou lucro líquido de R\$ 3,7 bilhões, o que nos permitiu a deliberação de proventos no montante de R\$ 1,2 bilhão, confirmando nosso compromisso de buscar a maximização do retorno aos nossos acionistas.

Destaca-se, ainda, não obstante o ano marcado pela volatilidade do mercado de capitais, que as ações da Companhia registraram valorização de 34,0% no período, tendo, inclusive, atingido patamar superior ao da sua empresa investida, a VALE. O desconto entre o valor líquido do seu ativo e o seu valor de mercado ficou em 25,5%.

Agradecemos a todos que confiaram na BRADESPAR em 2022.

São Paulo, 27 de março de 2023.

Luiz Carlos Trabuco Cappi
Presidente do Conselho de Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**ESTRUTURA DOS INVESTIMENTOS**

Os investimentos da BRADESPAR, atualmente, se concentram na VALE, empresa na qual a BRADESPAR tem representante no Conselho de Administração e em diversos Comitês de Assessoramento àquele Órgão.

Ao final de 2022, o valor de mercado dos ativos da BRADESPAR correspondia a R\$ 14,5 bilhões.

%V/T = % Capital Votante/Total

BRADESPAR

3,64% V/T



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O DESEMPENHO DA SOCIEDADE**

Abaixo, apresentamos a Demonstração do Resultado Consolidado, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstração de Resultado	(R\$ mil)					
	4T22	4T21	Var %	2022	2021	Var %
Equivalência Patrimonial	670.790	2.921.095	-77,0%	3.698.326	8.080.515	-54,2%
Resultado na Alienação de Imobilizado	-	-	-	33	-	-
Resultado Operacional	670.790	2.921.095	-77,0%	3.698.359	8.080.515	-54,2%
Despesas Gerais e Administrativas	(1.457)	(1.980)	-26,4%	(5.965)	(12.219)	-51,2%
Despesas de Pessoal	(3.662)	(4.433)	-17,4%	(14.480)	(15.048)	-3,8%
Receitas / Despesas Financeiras	24.193	48.459	-50,1%	81.296	61.987	31,2%
Despesas Tributárias	(5.539)	(2.252)	146,0%	(31.535)	(25.943)	21,6%
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	-	(10.031)	-
Resultado Operacional antes do IR/CS	684.325	2.960.889	-76,9%	3.727.675	8.079.261	-53,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	64.724	-	-	-	-	-
Resultado do Período	749.049	2.960.889	-74,7%	3.727.675	8.079.261	-53,9%

RECEITA OPERACIONAL

Como Companhia de Investimentos, a BRADESPAR tem sua receita operacional originada do resultado de equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio da VALE.

Em 2022, registrou receita operacional de R\$ 3,7 bilhões, um dos melhores resultados da sua história. Destaca-se que esse valor já reflete a operação de redução de capital, concluída em 20 de dezembro de 2021, através da qual a participação acionária da BRADESPAR na VALE de 5,73% foi reduzida, com a consequente entrega de ações da VALE aos acionistas da BRADESPAR. Atualmente, o percentual de participação é de 3,64% do capital votante.

Ressalta-se o robusto desempenho da VALE no ano que se encerrou, principalmente para os maiores volumes de venda de minério de ferro, além dos maiores preços realizados nos segmentos de níquel e cobre.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro da BRADESPAR, no exercício que se encerrou, atingiu o valor positivo de R\$ 81,3 milhões, decorrente, principalmente, de aplicações financeiras e de remuneração sobre Impostos a Recuperar. Tal resultado reflete a continuidade da posição líquida de caixa da Companhia, na medida que liquidou todo o endividamento financeiro em exercícios anteriores.

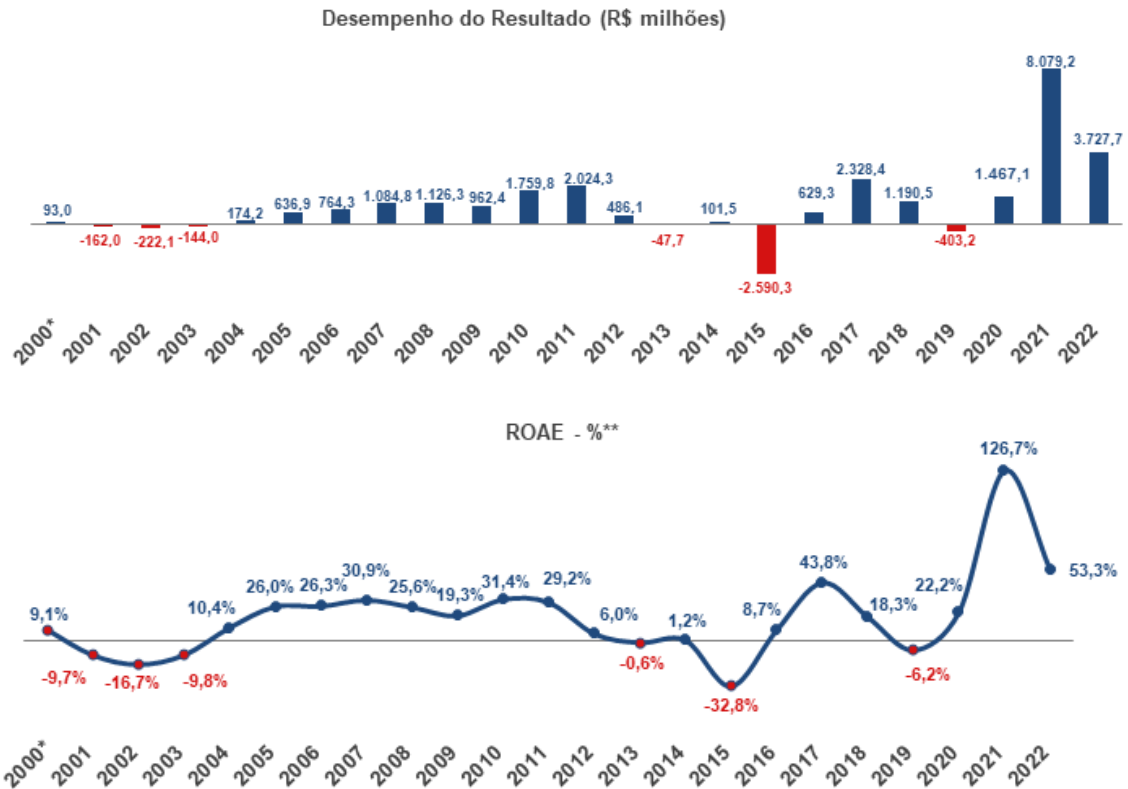
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DESPESAS DE PESSOAL, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas de pessoal, gerais e administrativas da BRADESPAR totalizaram, em 2022, R\$ 20,4 milhões.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 2022, a BRADESPAR apresentou lucro líquido de R\$ 3,7 bilhões. O forte desempenho, conforme demonstrado no gráfico abaixo, é um dos melhores resultados da história da Companhia, principalmente quando se considera a redução da participação no capital social da VALE. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) alcançou 53,3%.



* Corresponde a 10 meses de atividades

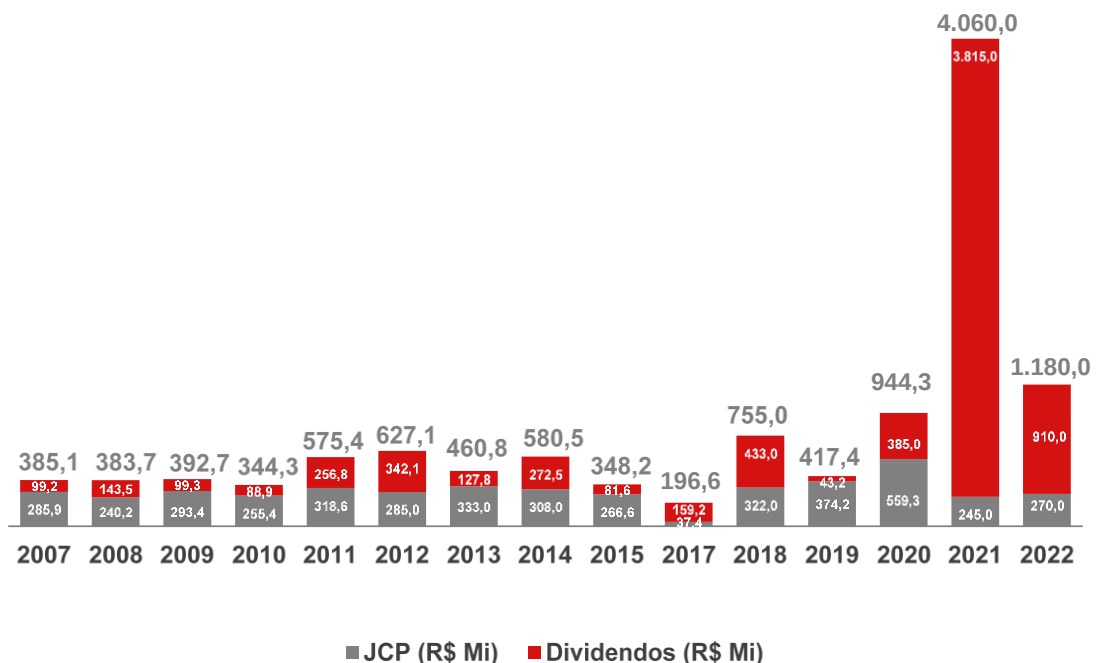
** ROAE = Lucro Líquido / Patrimônio Líquido Médio - Não considera o efeito do ajuste de avaliação patrimonial registrado no Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

Em consonância com a sua Política Indicativa de Remuneração Anual ao Acionista, a BRADESPAR anunciou, em 21 de dezembro de 2022, o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$65.000.000,00, que serão pagos em 15 de maio de 2023, sendo R\$0,155276803 por ação ordinária (R\$0,131985283 líquido de imposto de renda retido na fonte) e R\$0,170804483 por ação preferencial (R\$0,145183811 líquido de imposto de renda retido na fonte), destinados aos acionistas inscritos nos registros da Companhia em 26 de dezembro de 2022.

Além disso, em 27 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia, com base na destinação do resultado do seu exercício social e no Estatuto Social, submeteu, para deliberação em Assembleia Geral Ordinária, proposta para remuneração adicional composta por R\$ 470.000.000,00 de dividendos, a serem pagos em 15 de maio do ano corrente.

Os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos em 2022, totalizaram R\$ 1,2 bilhão, sendo este um dos maiores volumes anuais já pagos na história da BRADESPAR.

Histórico de Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos

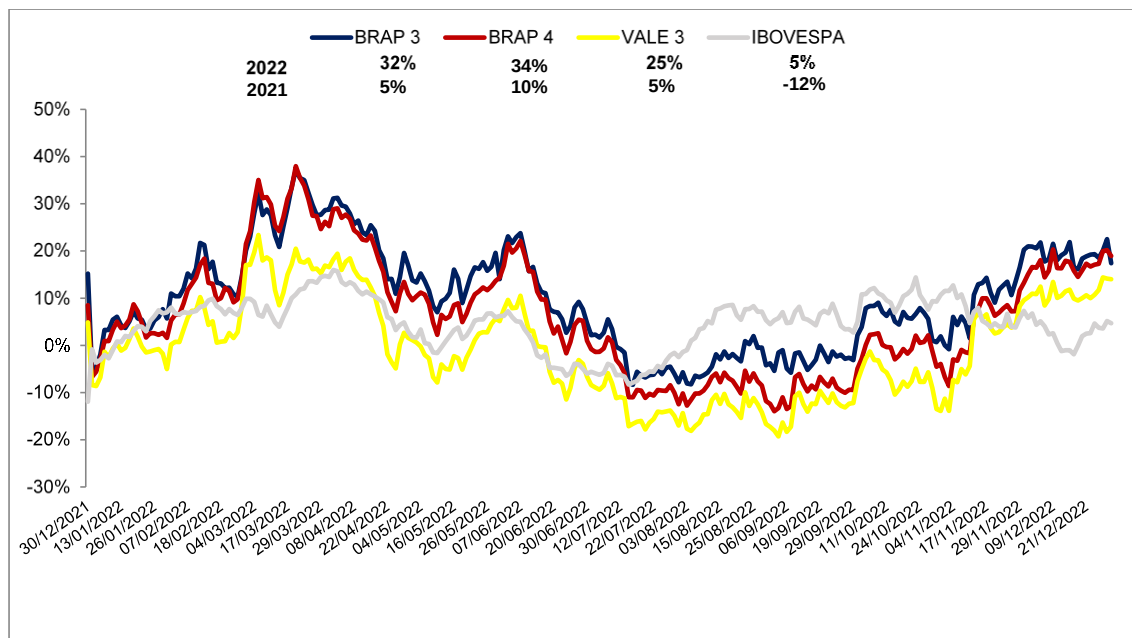
Obs: O gráfico não contempla os valores de R\$ 65 MM de JCP e R\$ 470 MM de Dividendos a serem pagos em 15/05/2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**MERCADO DE CAPITAIS**

Desde a sua constituição, as ações do capital social da BRADESPAR estão listadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos BRAP3 (ON) e BRAP4 (PN), e seus títulos são negociados no *Latibex* – Mercado de Empresas Latino-Americanas da Bolsa de Valores de Madri, na Espanha, em Euros, por meio do Programa de *Depositary Receipts* (GDRs).

Adicionalmente, a BRADESPAR integra dois índices de destaque: o Ibovespa, que inclui as Companhias mais líquidas do mercado brasileiro, e o Índice de Governança Corporativa (IGC), composto pelas Companhias que assumiram compromisso com elevados padrões de governança corporativa, quando aderiu ao Nível I de Governança Corporativa da B3.

Em 2022, as ações da Companhia tiveram valorização de 34% (BRAP4) e 32% (BRAP3), enquanto o IBOVESPA valorizou 5% e as ações da sua investida, a VALE, subiram 25%.

Desempenho das Ações na B3 em 2022

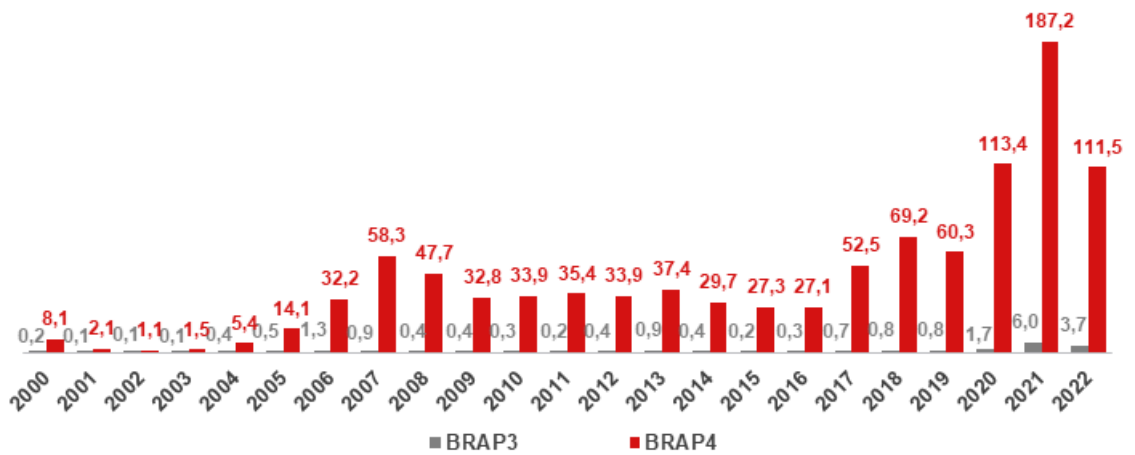
Cotações ajustadas por proventos, incluindo Dividendos e/ou Juros Sobre Capital Próprio.
Fonte: Economática.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

LIQUIDEZ

A média diária do volume de ações preferenciais de emissão da BRADESPAR (BRAP4) negociadas em 2022 foi de R\$ 111,5 milhões, enquanto a média diária de negócios realizados com BRAP4, na B3, foi de 13.066.

Volume Financeiro Médio Diário de Ações Negociadas (R\$ Milhões)



Fonte: Economática

PRÊMIO /DESCONTO

Ao final de 2022, o valor de mercado da participação na VALE, detida pela BRADESPAR, alcançou R\$ 14,5 bilhões. O valor de mercado da BRADESPAR, em relação ao da VALE, apresentou desconto de 25,5%, ou seja, o valor de mercado da BRADESPAR equivale a 74,5% do valor líquido de seus ativos.

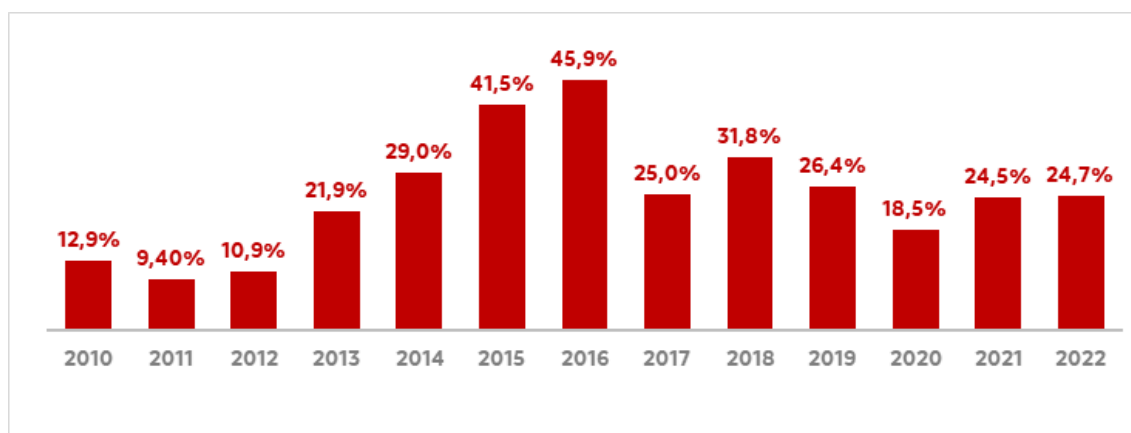
Valor Líquido dos Ativos da Bradespar X Valor de Mercado da Bradespar (preços de fechamento em 29/12/22)

Companhias	Participação da Bradespar					
	Cotação (R\$/ação)	Qtde de Ações	% do Capital Total ⁽³⁾	Valor de Mercado (R\$ mil)	Valor de Mercado (US\$ mil)	Valor de Mercado (EURO mil)
VALE ON	88,88	163.252.389	3,60%	14.509.872	2.762.654	2.590.028
Valor Total dos Ativos da Bradespar (A)				14.509.872	2.762.654	2.590.028
Caixa Líquido da Bradespar (B) ⁽¹⁾				406.500	77.397	72.561
Valor Líquido dos Ativos da Bradespar (C) = (A) + (B)				14.916.372	2.840.051	2.662.589
Valor de Mercado da Bradespar (D)				11.110.173	2.115.357	1.983.179
Ações Ordinárias (BRAP3)	25,57	137.989.898		3.528.402	671.801	629.824
Ações Preferenciais (BRAP4)	29,72	255.106.712		7.581.771	1.443.556	1.353.355
Diferença entre o Valor Líquido dos Ativos e Valor de Mercado Bradespar (C) - (D)				3.806.199	724.694	679.410
DESCONTO ⁽²⁾				25,5%		

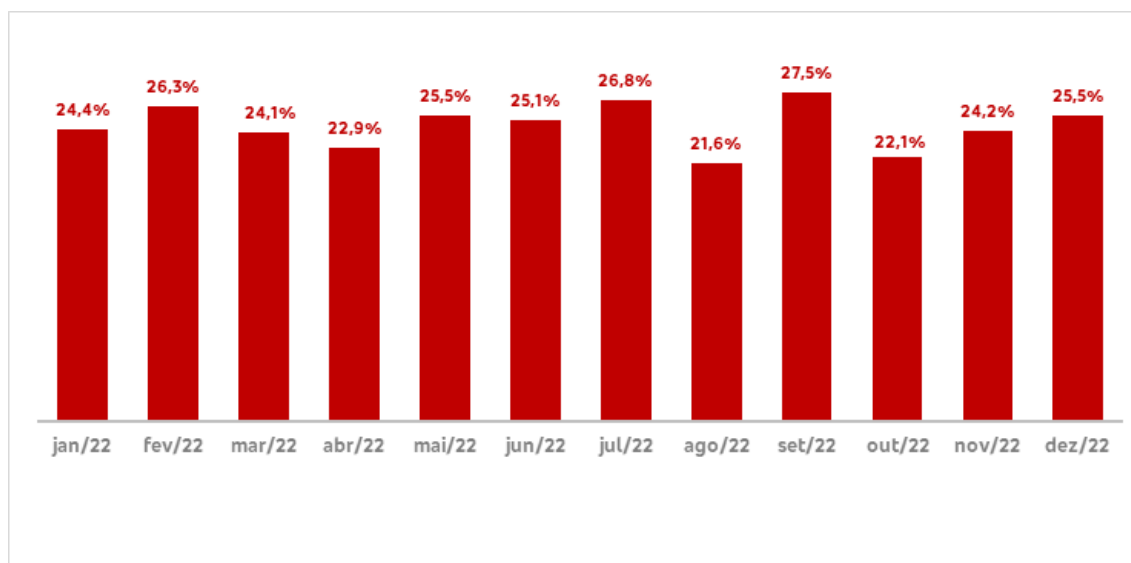
(1) Caixa Líquido em 29/12/2022.

(2) ((Valor de mercado da BRADESPAR)/(Valor dos Ativos + Caixa Líquido)) – 1

(3) Não considera ações em tesouraria

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Histórico do Desconto entre o Valor Líquido dos Ativos e o Valor de Mercado da BRADESPAR**

Obs.: Média entre os descontos ao final de cada mês.

Histórico do Desconto ao Longo de 2022

Obs.: Desconto no último dia útil de cada mês.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**COMENTÁRIOS SOBRE A EMPRESA INVESTIDA**

Fundada em 1942, a VALE começou a sua história em Minas Gerais e hoje figura como uma mineradora global, sendo uma das empresas mais valorizadas da América Latina. Com atuação em mais de 20 países no ramo da mineração e operações logísticas como: ferrovias, portos e terminais, também opera na geração de energia e siderurgia.

Ao final de 2021, a BRADESPAR reduziu a sua participação no capital social da VALE, detendo, atualmente, 3,64% do seu capital. Ressalta-se que a Companhia permanece com atuação estratégica na gestão da mineradora, com representante no seu Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento.

No ano de 2022, a VALE registrou Lucro Líquido de US\$ 16,7 bilhões e investimentos da ordem de US\$ 5,4 bilhões em projetos de crescimento e manutenção de suas operações. O EBITDA ajustado das operações continuadas da empresa totalizou US\$ 20,9 bilhões, 38,0% inferior ao mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, ao preço realizado de finos de minério de ferro.

Cumprir destacar, ainda, o terceiro programa de recompra de até 500 milhões de ações da VALE, cerca de 43,0% do programa foi concluído com desembolso de US\$ 3,4 bilhões para a recompra de aproximadamente 213 milhões de ações de sua emissão. A Alta Administração da empresa considera o presente programa de recompra um dos melhores investimentos disponíveis no cenário atual.

Por fim, em fevereiro do ano corrente, a VALE anunciou o pagamento de R\$ 8,13 bilhões em dividendos, que somados aos R\$ 1,32 bilhão de juros sobre o capital próprio já deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2022, perfizeram o montante de R\$ 9,45 bilhões, cujo pagamento foi realizado em março de 2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, a BRADESPAR informa que, no período encerrado em 31 de dezembro de 2022, não contratou e nem teve serviços prestados pelo auditor independente – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. – não relacionados à auditoria externa.

A BRADESPAR adota, como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender às regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência com os princípios internacionais, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Companhia, os quais incluem, dentre outros, os seguintes tópicos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que não afetem as regras de independência estabelecidas.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BRADESPAR S.A. (BRADESPAR, Companhia ou Controladora), empresa constituída sob a forma de sociedade por ações de capital aberto, tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, com sede na Avenida Paulista, nº 1.450, 9º andar, São Paulo - SP, Brasil.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho da Administração em 27 de março de 2023.

As participações societárias diretas são:

a) Millennium Security Holdings Corp. (MILLENNIUM)

A MILLENNIUM tem por objeto ingressar em qualquer ato ou atividade que sejam permitidas por qualquer lei no momento vigente nas Ilhas Virgens Britânicas.

b) VALE S.A. (VALE)

VALE S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, e tem seus títulos negociados nas bolsas de valores de São Paulo – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (VALE3), Nova York – NYSE (VALE) e Madri – LATIBEX (XVALO).

A VALE S.A. em conjunto com suas controladas são produtores globais de minério de ferro e pelotas, matérias-primas essenciais para a indústria siderúrgica e produtores de níquel, com aplicações na indústria de aço inoxidável e ligas metálicas utilizadas na produção de diversos produtos, também produz cobre, carvão térmico e metalúrgico, manganês, metais do grupo de platina, ouro, prata e cobalto (Nota 18).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresentamos as demonstrações financeiras Individuais (Controladora) e Consolidadas da BRADESPAR, que inclui a controlada MILLENNIUM, em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, correlata à norma internacional IFRS 10 – “*Consolidated Financial Statements*” implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e seus pronunciamentos técnicos – CPCs, interpretações - ICPCs e orientações - OCPCs, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRADESPAR evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas acima foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

Notas Explicativas

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados.

A BRADESPAR avalia os eventos subsequentes até a data da aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os saldos e transações da controladora e de sua controlada. O investimento, com influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e está apresentado na Nota 8.

As demonstrações financeiras consolidadas da BRADESPAR incluem a sua controlada MILLENNIUM.

b) Informações por segmento

A BRADESPAR é uma *holding* que tem por objeto social e único segmento de negócio, a participação como sócia ou acionista em outras sociedades.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da BRADESPAR.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são recursos utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em fundos de investimento, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são prontamente conversíveis em dinheiro. O valor de mercado dos fundos de investimento é determinado com base no valor da cota do último dia do período, informado pelo administrador dos fundos.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

e) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Notas Explicativas

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços observados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - *impairment*

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade a perda por *impairment*, é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2022 e de 2021, não houve perda por *impairment*.

Notas Explicativas

g) Passivos financeiros

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base “*pro rata*” dia), quando aplicável.

A Companhia classifica seus passivos financeiros na categoria:

- Custo Amortizado que são os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Inicialmente são registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado.

h) Investimentos

As participações nos investimentos em controlada e com influência significativa são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e, quando aplicável, deduzidas de provisão para perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

A composição dos investimentos está apresentada na Nota 8.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CVM nº 72/22, sendo:

- Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Notas Explicativas

- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os detalhamentos dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, estão apresentados na Nota 9.

j) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, sendo reconhecidos, quando aplicável, no ativo circulante e no não circulante - realizável a longo prazo.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável.

A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro tributável, antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como, as informações sobre crédito tributário não ativado, estão apresentados na Nota 12.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. Nas operações de captação de recursos, através da emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são registradas como redutoras do passivo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação.

l) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria). Não há fatores de diluição do lucro.

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis.

Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações financeiras, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações financeiras, porém antes de sua divulgação.

5. PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

- A Revisão de Pronunciamento Técnico nº 19, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1) em decorrência de modificações aprovadas pelo IASB no documento do ciclo de melhorias 2018- 2020 (*Annual Improvements 2018-2020*) e nas normas IAS 16 (CPC 27), IFRS 3 (CPC 15 R1) e IAS 37 (CPC 25). Não foram identificados impactos na Companhia.

Notas Explicativas

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- CPC 50 – Contratos de Seguros (correlacionado ao IFRS 17), aprovado pela Resolução CVM nº 42/2021. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. A norma entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Não foram identificados impactos na Companhia.
- Alterações ao IAS 1 – Apresentação das Demonstrações financeiras. As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis, para que as entidades forneçam informações mais úteis aos usuários das Demonstrações Financeiras. As entidades deverão divulgar suas políticas contábeis materiais, em vez de suas políticas contábeis significativas. Inclui também orientações sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Companhia.
- Alterações ao IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas Retificação de Erro. As entidades deverão distinguir as diferenças entre as mudanças das políticas contábeis e as mudanças das estimativas contábeis. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Companhia.
- Alterações do IAS 12 – Tributos sobre o Lucro. Em circunstâncias específicas, as entidades estão isentas de reconhecer impostos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Essa isenção se aplica a operações de arrendamento e obrigações de encerramento, por exemplo. Com as alterações, as entidades não terão direito mais a isenção e estarão obrigadas a reconhecer o imposto diferido sobre tais transações. Não foram identificados impactos na Companhia.
- Alterações do IFRS 16 - Arrendamentos. As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos.
- Alterações ao IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras. As alterações emitidas em outubro de 2022, visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não-correntes com *covenants*, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Nelas foram contempladas ainda, alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das Demonstrações Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a Classificação de Passivos como Correntes e Não Correntes, emitidas em 2020. A adoção antecipada é permitida. As alterações têm efeito a partir de 1º de janeiro de 2024. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos.

Notas Explicativas

6. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para o planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta.

A BRADESPAR é uma empresa *holding* na qual a origem do resultado deve-se, basicamente, a equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa. Portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional) e aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez).

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como, encontrar dificuldades em atender às necessidades do fluxo de caixa, devido a restrições de liquidez do mercado.

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito decorre de potenciais impactos negativos no fluxo de caixa devido à incerteza na capacidade das contrapartes de cumprir suas obrigações contratuais. Portanto, decorre, basicamente, caixa e equivalentes de caixa e de exposições de crédito de contas a receber em aberto.

Consideramos baixo o risco de crédito de exposição originada por aplicações financeiras classificadas como “caixa e equivalentes de caixa”, uma vez que os recursos são mantidos em fundo de investimento que possui seus investimentos aplicados, basicamente, em títulos públicos, e são utilizados para o cumprimento de suas obrigações operacionais e remuneração aos seus acionistas e investidores ao longo do ano.

• Perfil de risco de contrapartes

A Companhia utiliza, basicamente, análise de risco de crédito qualitativa, que leva em consideração o histórico de pagamento da contraparte, o tempo de relacionamento e sua posição estratégica em seu setor econômico, sendo a VALE, o principal investimento mantido pela Companhia, o qual nos proporciona o principal fluxo de caixa.

De acordo com o risco de crédito de uma contraparte específica, a Companhia utiliza a estratégia de garantias corporativas como mitigação de risco de crédito. A Companhia controla os recebíveis para garantir que não há valores de principal ou juros não honrados pela contraparte.

Risco de mercado

A Companhia faz a avaliação de risco relacionados a mercado para apoiar o processo de decisão, suportar a estratégia de crescimento da Companhia e monitorar a volatilidade dos fluxos de caixa futuros. Atualmente não temos risco de mercado a ser reportado.

Risco operacional

A gestão de risco operacional que a BRADESPAR utiliza para gerir a incerteza relacionada à eventual inadequação ou deficiência de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos, se faz com a mitigação desse risco através da criação de controles e da melhoria constante dos controles já existentes.

Notas Explicativas

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Disponibilidades em moeda nacional	-	8.114	-	10.377
Fundos de investimento financeiro ⁽¹⁾	408.700	284.332	408.700	284.332
TOTAL	408.700	292.446	408.700	294.709

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados aos integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

8. INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial da controladora são demonstrados a seguir:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações Possuídas (em mil)	Participação no Capital Social %	Em 31 de dezembro			
						Total dos Investimentos		Ajustes Decorrentes de Avaliação ⁽¹⁾	
						2022	2021	2022	2021
MILLENNIUM	9.717	-	(61)	-	100,00	-	2.263	(61)	142
VALE ^{(2) (3) (4) (5)}	77.300.000	212.789.416	95.924.398	163.252	3,42	7.269.133	7.048.401	3.698.326	8.080.515
Total						7.269.133	7.050.664	3.698.265	8.080.657

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável;

(2) As informações referentes a 31 de dezembro de 2022, foram auditadas pelos mesmos auditores independentes da Bradespar;

(3) Participação no Capital Social total foi alterada em razão do cancelamento de ações, realizado pela nossa investida;

(4) Avaliado pelo método de equivalência patrimonial do investimento na VALE S.A. Após o encerramento do acordo de acionistas da VALE S.A., a administração avaliou à luz do CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, que define Influência significativa como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto com outros acionistas, portanto a Bradespar mantém influência significativa na empresa investida, tendo em vista a presença de representante e indicação no Conselho de Administração e em Comitês de assessoramento do Conselho de Administração; e

(5) Para maiores informações sobre o investimento direto na VALE S.A., ver a Nota 18.

b) Composição do investimento Consolidado avaliado pelo método de equivalência patrimonial:

Empresa	Total dos Investimentos		Em 31 de dezembro	
			Valor de Mercado ⁽²⁾	
	2022	2021	2022	2021
VALE	7.562.693	5.303.477	14.509.872	12.727.126
VALE – ajuste reflexo ⁽¹⁾	(293.560)	1.744.924	-	-
Total	7.269.133	7.048.401	14.509.872	12.727.126

(1) Ajustes de avaliação patrimonial, conforme Lei nº 11.638/07 e CPCs 2 e 8, que são registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, refere-se, basicamente, às diferenças de câmbio na conversão de moeda estrangeira para a moeda funcional das operações realizadas pela VALE S.A.; e

(2) Valor de mercado da participação na VALE S.A.

Notas Explicativas

9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos, contabilmente, ativos contingentes, porém existem processos cuja perspectiva de êxito é provável, sendo os principais:

- COFINS – R\$ 12.823 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 12.421): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação da COFINS, recolhida nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento; e
- Programa de Integração Social (“PIS”) – R\$ 2.778 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 2.691): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação do PIS, recolhido nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido nos Termos da Lei Complementar nº 7/70 (PIS Repique) ou, quando menos, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais

As empresas que compõem o Consolidado são parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da BRADESPAR entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A BRADESPAR mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso: remoto, possível ou provável.

O processo classificado como possível:

- I) A Bradespar é parte em uma ação judicial promovida pela Litel Participações S.A. (“Litel”), que tramitou, em primeira instância, sob o nº 0281248-69.2018.8.19.0001, perante o Juízo da 10ª Vara Cível do Rio de Janeiro. Nessa ação a Litel postulou a condenação da Bradespar no pagamento do valor de R\$ 1,4 bilhão a título de reembolso da quantia que pagou à Elétron S.A., no encerramento de ação movida contra a Litel e a Bradespar. A Litel alegou suposto descumprimento, por parte da Bradespar, do Contrato de Indenização, celebrado em 05 de janeiro de 2001.

Notas Explicativas

Além de contestar a ação, a Bradespar apresentou reconvenção objetivando a condenação da Litel a lhe reembolsar o valor de R\$ 705 milhões, com base nos termos do citado Contrato de Indenização. Em sentença proferida em 04 de dezembro de 2019, o juiz de primeiro grau julgou improcedente a ação ajuizada pela Litel e parcialmente procedente a reconvenção em R\$ 470 milhões.

Em 27 de janeiro de 2021, a Décima Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ – julgou a Apelação apresentada pela Litel. Nesse julgamento, por unanimidade, a Câmara deu provimento à Apelação, de modo que a decisão de primeiro grau foi reformada para acatar o pleito da Litel, cujo valor será corrigido pelos encargos legais. O mesmo julgamento considerou improcedente a reconvenção apresentada pela Bradespar contra a Litel.

A Bradespar apresentou recurso de Embargos de Declaração no TJRJ, os quais foram acolhidos apenas para reduzir a condenação a título de honorários de sucumbência, fixando-a em 2% sobre o valor da condenação. Contra a decisão do TJRJ foram interpostos recursos especiais por ambas as partes ao Superior Tribunal de Justiça.

O recurso especial da Bradespar objetiva a reversão total da decisão do TJRJ, e o recurso especial da Litel questiona a redução dos honorários de sucumbência.

Ambos os recursos foram admitidos pela 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e remetidos ao Superior Tribunal de Justiça, onde foram distribuídos à 4ª Turma, à relatoria do Ministro Antonio Carlos Ferreira. Após a manifestação de suspeição por parte do Ministro Antonio Carlos Ferreira, os recursos foram redistribuídos ao Ministro Marco Aurélio Gastaldi Buzzi.

A Administração e os advogados que patrocinam a demanda mantêm como possível a classificação do risco de perda da Bradespar.

- d) A Companhia não possui contingências trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Ordinárias	137.989.898	137.989.898
Preferenciais	255.106.712	255.106.712
Total	393.096.610	393.096.610

Em 29 de abril de 2022, a Bradespar comunicou ao mercado que foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a proposta da Diretoria para aumentar o capital social em R\$2.600.000 elevando-o de R\$500.125 para R\$3.100.125, mediante a capitalização de parte do saldo da conta “Reservas de Lucros – Reserva Estatutária” no montante de R\$ 2.300.000 e de parte do saldo da conta “Reservas de Lucros – Reserva Legal” no montante de R\$ 300.000, sem emissão de ações, de acordo com o Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Reserva Legal ⁽ⁱ⁾	290.346	403.962
Reserva Estatutária ⁽ⁱⁱ⁾	4.380.090	4.853.799
Total	4.670.436	5.257.761

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos

Em 29 de abril de 2022, a Bradespar comunicou ao mercado que o seu Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria para pagamento de dividendos no montante de R\$ 600.000, utilizando parte do saldo da conta “Reservas de Lucros – Estatutária”, sendo R\$ 1,433324328 por ação ordinária e R\$ 1,576656761 por ação preferencial, não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95, e foram pagos em 10 de maio de 2022.

Em 9 de novembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria para pagamento de dividendos no montante de R\$ 310.000, sendo R\$ 0,740550903 por ação ordinária e R\$ 0,814605993 por ação preferencial, não havendo retenção de imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95, e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 270.000, sendo R\$ 0,644995948 por ação ordinária e R\$ 0,709495543 por ação preferencial, sendo os valores líquidos de R\$ 0,548246556 por ação ordinária e R\$ 0,603071211 por ação preferencial, considerando a dedução do Imposto de Renda na Fonte de 15% (quinze por cento), exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensados de tributação, a serem computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2022 previsto no Estatuto Social, e foram pagos em 21 de novembro de 2022.

Em 21 de dezembro de 2022, a Bradespar comunicou ao mercado que o seu Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria para pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 65.000, sendo R\$ 0,155276803 por ação ordinária e R\$ 0,170804483 por ação preferencial, sendo os valores líquidos de R\$ 0,131985283 por ação ordinária e R\$ 0,145183811 por ação preferencial, considerando a dedução do Imposto de Renda na Fonte de 15% (quinze por cento), exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensados de tributação, a serem computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício de 2022, previsto no Estatuto Social, e que serão pagos em 15 de maio de 2023.

Notas Explicativas

Foram pagos e provisionados juros sobre capital próprio/dividendos, conforme segue:

Descrição	Por ação (bruto)		Valor bruto	IRRFP (15%)	Valor Líquido
	Ordinárias	Preferenciais			
Juros sobre capital próprio pagos	0,661053	0,727159	245.000	36.750	208.250
Dividendos pagos	9,582151	10,540366	3.815.000	-	3.815.000
Total em 31 de dezembro de 2021	10,243204	11,267525	4.060.000	36.750	4.023.250
Juros sobre capital próprio pagos	0,644995	0,709495	270.000	40.500	229.500
Juros sobre capital próprio provisionados ⁽¹⁾	0,155276	0,170804	65.000	9.750	55.250
Dividendos pagos	2,173875	2,391263	910.000	-	910.000
Dividendos provisionados ⁽²⁾	1,122770	1,235047	470.000	-	470.000
Total em 31 de dezembro de 2022	4,096916	4,506609	1.715.000	50.250	1.664.750

(1) Serão pagos em 15 de maio de 2023; e

(2) Em 27 de março de 2023, o Conselho de Administração da Bradespar informou ao mercado que submeteu para deliberação em Assembleia Geral Ordinária, proposta para pagamento de Dividendos no montante de R\$ 470.000, e que serão pagos em 15 de maio de 2023.

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está demonstrado a seguir:

	R\$ Mil	% ⁽¹⁾
Lucro líquido do exercício	3.727.675	
(-) Reserva legal	(186.384)	
Base de cálculo ajustada	3.541.291	
Juros sobre o capital próprio pagos	270.000	
Juros sobre o capital próprio provisionados ⁽³⁾	65.000	
(-) Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	(50.250)	
Juros sobre o capital próprio (líquido)	284.750	
Dividendos pagos ⁽²⁾	310.000	
Dividendos provisionados ⁽³⁾	470.000	
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos acumulados em 2022	1.064.750	30,1
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos acumulados em 2021	2.784.750	36,3

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio e dividendos aplicado sobre a base de cálculo ajustada;

(2) Não contempla os dividendos pagos com reservas de lucros no montante de R\$ 600.000; e

(3) Serão pagos em 15 de maio de 2023.

11. RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	59.434	54.560	59.434	54.561
Juros sobre impostos a recuperar	20.857	5.938	20.857	5.938
Outras	1.207	2.246	1.588	2.403
	81.498	62.744	81.879	62.902
Despesas Financeiras				
Outras	(141)	(915)	(583)	(915)
	(141)	(915)	(583)	(915)
Resultado Financeiro Líquido	81.357	61.829	81.296	61.987

Notas Explicativas

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos a Compensar e a Recuperar

Os impostos a compensar e a recuperar, na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 141.910 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 209.689), referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social do exercício atual e exercícios anteriores.

b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	3.727.675	8.079.261	3.727.675	8.079.261
Encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(1.267.409)	(2.746.948)	(1.267.409)	(2.746.948)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Participações em controlada e investimento com influência significativa	1.257.410	2.747.423	1.257.430	2.747.375
Despesas e provisões indedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	4.931	9	4.911	57
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber	(101.706)	(83.514)	(101.706)	(83.514)
Juros sobre o capital próprio pagos e a pagar	113.900	83.300	113.900	83.300
Outros ⁽¹⁾	(7.126)	(270)	(7.126)	(270)
Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício	-	-	-	-

(1) inclui, substancialmente, constituição de crédito tributário não ativado.

c) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2022, na Controladora e no Consolidado, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, não ativados totalizam R\$ 338.549 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 331.037).

13. PARTES RELACIONADAS

- I) Em 31 de dezembro de 2022, na Controladora e Consolidado, as transações com partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber no montante de R\$ 200.369 e juros sobre capital próprio a receber no montante de R\$ 40.521, e recebimento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 213.745 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 208.785) e dividendos recebidos no montante de R\$ 939.605 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 4.059.688), proveniente do nosso investimento na VALE.

II) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuído em reunião do Conselho de Administração, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear planos de previdência complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Administradores da BRADESPAR.

Notas Explicativas

Para 2022, foi determinado o valor máximo de R\$ 7.900 para remuneração dos Administradores e R\$ 5.500 para custear planos de previdência privada.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Remuneração	6.610	7.765
Total	6.610	7.765

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Planos de previdência complementar de contribuição definida	5.500	4.705
Total	5.500	4.705

Outros benefícios

A BRADESPAR não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, para seu pessoal-chave da Administração.

III) Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária na BRADESPAR:

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
• Ações ordinárias	0,1655%	0,1139%
• Ações preferenciais	0,4833%	0,3240%
• Total de Ações	0,3717%	0,2502%

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) A classificação dos instrumentos financeiros é demonstrada a seguir:

- I) Ativos Financeiros na Controladora e Consolidado referem-se a Caixa e Equivalentes de Caixa, no montante de R\$ 408.700 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 292.446 na Controladora e R\$ 294.709 no Consolidado); e
- II) Passivos Financeiros – Custo Amortizado na Controladora e Consolidado, referem-se à Outras Obrigações no montante de R\$ 25.348 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 25.358) Nota 16c.

Notas Explicativas

b) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir a sensibilidade das posições sujeitas às oscilações de preços ou taxas de mercado:

Fatores de Riscos	Definição	Cenários					
		Em 31 de dezembro de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(8)	(2.431)	(4.775)	(2)	(470)	(926)
Total sem Correlação		(8)	(2.431)	(4.775)	(2)	(470)	(926)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 13,41% foi aplicado um cenário de 13,42% a.a.

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 13,41% foi utilizado um cenário de 16,76% a.a.

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 13,41% foi utilizado um cenário de 20,12% a.a.

15. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Pressupõe-se que o valor justo dos saldos caixa e equivalentes de caixa e outras obrigações, estejam compatíveis com seus valores contábeis considerando que aproxima-se, significativamente, de seus valores de curva, sem risco significativo de mercado, de crédito e de liquidez. A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo.

A Companhia não possui ativos e passivos mensurados a valor justo com base nos níveis 1, 2 e 3.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

- A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021;
- Intangível na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 967 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 969), referem-se ao contrato de aluguel de imóveis, com término da vigência em 30 de junho de 2029;
- Outras Obrigações, na Controladora e no Consolidado, no montante de R\$ 32.821 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 31.641) referem-se, basicamente, às frações de ações do grupamento, deliberado na Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) de abril de 2004, que foram vendidas em leilão na B3, em julho de 2004, sendo que os valores foram creditados ou colocados à disposição dos acionistas;

Notas Explicativas

- d) Despesas Gerais e Administrativas na Controladora e Consolidado, referem-se a Despesas de Pessoal, no montante de R\$ 14.480 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 15.048) e Outras Despesas Gerais e Administrativas na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 5.965 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 12.203 na Controladora e R\$ 12.219 no Consolidado); e
- e) A Bradespar é uma *Holding* e suas operações são afetadas, principalmente, pelo impacto em investimento no qual tem influência significativa, investimento esse que não teve impactos significativos em suas operações até o momento, decorrentes do conflito Rússia-Ucrânia. No entanto, o conflito pode afetar negativamente os negócios da investida, como interrupção dos fluxos de comércio internacional e extrema volatilidade de preços de mercado. A Companhia seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em 08 de fevereiro de 2023, o STF decidiu sobre “coisa julgada” em matéria tributária. A Bradespar junto com os seus assessores jurídicos avaliou e concluiu que não possui questões em matéria tributária que possam gerar impactos a essas Demonstrações Financeiras;
- b) Em 16 de fevereiro de 2023, A Vale comunicou ao mercado, que o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 1,827646129 por ação, e foram pagos em 22 de março de 2023; e
- c) Em 02 de março de 2023, o Conselho de Administração da Vale aprovou o cancelamento de 239.881.683 ações ordinárias de emissão da própria companhia adquiridas e mantidas em tesouraria, sem redução do valor do seu capital social.

18. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O INVESTIMENTO COM INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA

- l) Apresentamos, a seguir, o sumário do Balanço Patrimonial Consolidado e Resultado Consolidado divulgado pela empresa VALE, não representando a parcela proporcional da BRADESPAR:

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ Milhões	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
ATIVO		
Circulante	81.009	119.332
Não Circulante:		
Realizável a Longo Prazo	75.104	85.743
Investimentos	9.381	9.771
Imobilizado	234.472	233.995
Intangível	53.421	50.287
TOTAL	453.387	499.128
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante	72.478	82.836
Não Circulante	186.015	219.234
Patrimônio Líquido	194.894	197.058
TOTAL	453.387	499.128
Participação Direta	3,42%	3,18%

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - R\$ Milhões	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Receita de vendas, líquida	226.508	293.524
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(124.195)	(117.267)
Lucro Bruto	102.313	176.257
Despesas operacionais	(13.603)	(27.975)
Resultado Financeiro	11.378	17.812
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.616	(6.947)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	101.704	159.147
Tributos sobre o lucro	(15.185)	(25.320)
Lucro líquido (Prejuízo) das operações continuadas	86.519	133.827
Operações Descontinuadas	9.818	(12.484)
Lucro líquido	96.337	121.343
Atribuído aos acionistas não controladores	413	115
Lucro líquido atribuído aos acionistas da VALE	95.924	121.228

II) Outras Informações divulgadas pela empresa Vale

a) Rompimento da barragem de Brumadinho

Em janeiro de 2019, uma barragem de rejeitos (“Barragem I”) rompeu na mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, Minas Gerais. O rompimento liberou um fluxo de rejeitos, destruindo algumas das instalações da Vale, afetando as comunidades locais e causando impacto no meio ambiente. Os rejeitos liberados causaram um impacto de cerca de 315 km de extensão, atingindo as proximidades do rio Paraopeba. O rompimento da barragem em Brumadinho (“evento”) resultou em 270 fatalidades ou fatalidades presumidas, incluindo 3 vítimas ainda desaparecidas, e causou extensos danos materiais e ambientais na região.

Em 4 de fevereiro de 2021, a Vale assinou um Acordo Judicial para Reparação Integral (“Acordo Global”), que estava sendo negociado desde 2019, com o Estado de Minas Gerais, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e os Ministérios Públicos Federal e do Estado de Minas Gerais, para a reparação dos danos socioeconômicos e socioambientais decorrentes do rompimento da Barragem I. O Acordo Global foi homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em 4 de fevereiro de 2021 e a certidão de trânsito em julgado foi lavrada em 7 de abril de 2021.

Como consequência do rompimento da barragem, a Vale vem reconhecendo provisões para atender aos compromissos assumidos, indenizações individuais aos que foram afetados pelo evento, gastos com reparação das áreas impactadas e compensação à sociedade.

Acordo Global para Brumadinho

O Acordo Global é segmentado entre: (i) obrigações a pagar diretamente ao Governo do Estado de Minas Gerais e Instituições de Justiça, com o objetivo de executar projetos de reparação socioeconômica e compensação socioambiental; (ii) projetos de reparação socioeconômica em Brumadinho e nos demais municípios; e (iii) plano de reparação dos danos ambientais causados pelo rompimento da barragem. Estas obrigações estão projetadas por um período médio de 5 anos.

Notas Explicativas

Para as obrigações (i) e (ii), os valores estão definidos no acordo e eventuais alterações em relação aos orçamentos originais e prazos acordados podem mudar o saldo da provisão no futuro. Adicionalmente, a recuperação ambiental, cujos valores estimados fazem parte do Acordo Global, não possui limite de valor em virtude da obrigação legal da Vale de reparar integralmente os danos ambientais causados pelo rompimento da barragem. As despesas incorridas para a execução destas obrigações são deduzidas da apuração do imposto de renda da Vale, seguindo a legislação tributária vigente, que está sujeita à fiscalização periódica das autoridades competentes. Portanto, embora a Vale monitore essa provisão, os montantes provisionados estão sujeitos a alterações, dependendo de diversos fatores que não estão sob o controle da Vale.

Provisão para indenização individual e outros compromissos

A Vale também está trabalhando na segurança geotécnica das estruturas remanescentes na mina do Córrego do Feijão, incluindo a remoção e descarte adequado dos rejeitos residuais da Barragem I, incluindo a dragagem de parte do material liberado e o desassoreamento da calha do rio Paraopeba.

No âmbito das indenizações individuais, a Vale e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais formalizaram, em 5 de abril de 2019, um termo de compromisso por meio do qual as pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Brumadinho podem optar por negociar com a Vale a celebração de acordos extrajudiciais, individuais ou por grupo familiar, para estabelecer a indenização por danos materiais e morais por eles sofridos. Esse termo de compromisso estabelece a base para uma ampla variedade de pagamentos de indenização, os quais foram definidos com base superiores à jurisprudência dos Tribunais brasileiros, observando preceitos e normas da Organização das Nações Unidas ("ONU").

Contingências e outras questões legais

Ações civis públicas movidas pelo Estado de Minas Gerais, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais por danos resultantes do rompimento da Barragem I

A Vale é parte de ações civis públicas movidas pelo Estado de Minas Gerais e instituições de justiça, reivindicando a reparação dos danos socioeconômicos e socioambientais resultantes do rompimento da barragem e buscando uma ampla gama de medidas liminares ordenando que a Vale tome ações específicas de remediação e reparação. Celebrado o Acordo Global em fevereiro de 2021, os pedidos para a reparação dos danos socioambientais e socioeconômicos coletivos contidos nas ações civis públicas referentes ao rompimento da barragem foram substancialmente resolvidos. As indenizações por danos individuais ficaram excetuadas do Acordo de Reparação Integral, tendo sido ratificado o Termo de Compromisso firmado com a Defensoria Pública de Minas Gerais, cujos parâmetros são utilizados para a realização de acordos individuais. Foi iniciado, no mesmo ano de 2021, pela Vale e Compromitentes, o cumprimento do Acordo Global.

Ações Civis Coletivas Trabalhistas

Em 2021, foram ajuizadas na Justiça do Trabalho de Betim no estado de Minas Gerais, ações civis públicas por sindicatos de trabalhadores pleiteando o pagamento de indenização por dano de morte aos empregados próprios e terceirizados, falecidos em decorrência do rompimento da Barragem I. Foram proferidas decisões iniciais condenando a Vale ao pagamento de R\$1 milhão por vítima fatal. A Vale está se defendendo das referidas ações e entende que o prognóstico de perda é considerado possível.

Notas Explicativas

Ação coletiva nos Estados Unidos da América

A Vale está se defendendo de uma ação coletiva perante um Tribunal Federal de Nova York movida por detentores de valores mobiliários - *American Depositary Receipts* ("ADRs") - de emissão da Vale. Após decisão proferida pela Corte em maio de 2020, rejeitando, em parte, a defesa preliminar apresentada pela Vale, foi iniciada a fase de produção de provas ("*Discovery*"), que está prevista para ser encerrada em 2023.

Em 24 de novembro de 2021, uma nova Reclamação (*Complaint*) foi distribuída por oito fundos de investimentos que optaram em requerer reparação por supostos prejuízos de forma autônoma e separadamente dos membros de classe da ação principal, com as mesmas alegações apresentadas na ação coletiva principal.

A expectativa de perda destes processos é classificada como possível. No entanto, considerando a fase inicial da ação coletiva, não é possível neste momento, estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda. O Autor não especificou valores dos prejuízos alegados nessa demanda.

Arbitragens propostas por minoritários e associação de classe

No Brasil, a Vale está se defendendo em (i) uma arbitragem movida por 385 acionistas minoritários, (ii) duas arbitragens movidas por uma associação de classe que pretende representar todos os acionistas minoritários da Vale, e (iii) três arbitragens movidas por fundos estrangeiros.

Nas seis arbitragens, os Requerentes alegam que a Vale estava ciente dos riscos relacionados à segurança da barragem e falhou no dever de divulgar tais riscos aos acionistas. Com base nesse argumento, eles pleiteiam compensação pelos danos decorrentes da desvalorização das ações detidas pelos Requerentes.

A expectativa de perda é classificada como possível para os seis procedimentos e, considerando a fase inicial, não é possível neste momento, estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda.

Em um dos procedimentos movidos por fundos estrangeiros, os requerentes inicialmente estimaram em seu pedido que o valor das perdas alegadas seria de aproximadamente R\$1.800 milhões. Em outro procedimento apresentado por fundos estrangeiros, os requerentes inicialmente estimaram em seu pedido que o valor das perdas alegadas seria de aproximadamente R\$3.900 milhões. A Vale contesta os procedimentos em curso e entende que, para esse caso e na atual fase do procedimento, é remota a probabilidade de perda nos valores alegados pelos fundos estrangeiros.

Processo Judicial movido pela *Securities and Exchange Commission* ("SEC") e Investigações conduzidas pela CVM

Em 28 de abril de 2022, a SEC iniciou um processo judicial contra a Vale, alegando que a Vale teria violado a legislação do mercado de capitais dos EUA com relação às divulgações e declarações sobre a gestão de segurança de barragens, incluindo a barragem de Brumadinho. A SEC busca a imposição de multas, restituição monetária e outras compensações cabíveis em um processo em uma corte federal nos EUA. A Vale acredita que suas divulgações e declarações não violaram a legislação dos EUA e está contestando tais alegações. Em 29 de setembro de 2022, a Vale apresentou sua defesa preliminar com o pedido de extinção do pedido ("*Motion to Dismiss*"). Encontra-se em curso o prazo da SEC para resposta.

A CVM também está realizando uma investigação relacionada à divulgação de informações a acionistas, investidores e ao mercado, especialmente com relação às condições e gestão das barragens da Vale. A Vale avaliou que o risco de perda é possível e, neste momento, não é possível estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda para a Vale.

Notas Explicativas

Processo Penal e Investigações

Em janeiro de 2020, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (“MPMG”) denunciou 16 pessoas (incluindo ex-diretores da Vale e ex-empregados) pela prática de supostos crimes, incluindo homicídio, e contra a Vale S.A. por supostos crimes ambientais.

Em novembro de 2021, a Polícia Federal concluiu inquérito sobre a possível responsabilidade criminal pelo rompimento da barragem de Brumadinho. A investigação foi encaminhada ao Ministério Público Federal (“MPF”).

Em janeiro de 2023 (evento subsequente), após o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal sobre a competência da Justiça Federal, o MPF ratificou a denúncia apresentada pelo MPMG, que foi recebida pela autoridade competente. O MPF e a Polícia Federal conduziram uma investigação separada sobre as causas do rompimento da barragem em Brumadinho, que pode resultar em novos processos criminais e ainda não é possível estimar quando uma decisão será emitida. A Vale avaliou que o risco de perda é possível e, considerando a fase inicial do processo, não é possível neste momento estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda para a Vale.

Decisão da Controladoria Geral da União (“CGU”)

Em outubro de 2020, a CGU notificou a Vale sobre instauração de processo administrativo de responsabilização por supostas violações à Lei 12.846/2013 em relação às atividades de fiscalização e monitoramento da Barragem I da Mina Córrego do Feijão. Em agosto de 2022, a CGU concluiu que não foram apresentadas informações fidedignas no sistema da Agência Nacional de Mineração (“ANM”), tendo sido emitidas Declaração de Condição de Estabilidade positiva para a Barragem I de Brumadinho, quando, no entendimento do órgão, ela deveria ser negativa. Dessa forma, mesmo reconhecendo a inexistência da prática de atos de corrupção, a CGU definiu uma multa no valor de R\$86 milhões, nível mínimo estabelecido pela lei, sendo reconhecido o não envolvimento ou tolerância da alta direção. A Vale apresentou Pedido de Reconsideração e entende que o prognóstico de perda deste montante é considerado possível.

Seguros

A Vale está negociando com as seguradoras o pagamento de indenizações com base nas suas apólices de responsabilidade civil geral e responsabilidade Civil de Diretores e Conselheiros. No entanto, essas negociações ainda estão em andamento e, portanto, qualquer pagamento de indenizações dependerá da definição de cobertura dos seguros, com base nessas apólices e na avaliação do montante da perda. Em função das incertezas relacionadas ao tema, nenhuma indenização referente a essas apólices, foi reconhecida em suas demonstrações financeiras.

b) Contingências relacionadas ao acidente da Samarco

Os processos incluem ações civis públicas movidas por autoridades brasileiras e vários processos envolvendo reivindicações por quantias significativas de danos e medidas de reparação. O TTAC e o TacGov representam a criação de um modelo para solução das ações civis públicas movida pelo Ministério Público, bem como outros processos relacionados à reparação. Existem, ainda, ações coletivas de valores mobiliários nos Estados Unidos contra a Vale e alguns de seus atuais e ex-executivos, bem como um processo criminal no Brasil. As principais atualizações com relação aos processos judiciais no exercício foram:

Notas Explicativas

Ação Civil Pública movida pela União e outros e ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (“MPF”)

A Vale está se defendendo em diversos processos judiciais movidos por autoridades governamentais, instituições de justiça, associações civis e pessoas físicas, pleiteando danos socioambientais e socioeconômicos, assim como medidas específicas de reparação como resultado do rompimento da barragem de Fundão da Samarco, incluindo uma ação movida pelo Ministério Público Federal em 2016 pleiteando R\$155 bilhões (valor integral do pleito, cujo efeito para a Vale seria de 50% deste montante), que está suspenso a partir da data de homologação do TacGov.

No entanto, os requisitos estabelecidos no TacGov para renegociação do TTAC, não foram implementados durante o período estabelecido e, em outubro de 2020, o Ministério Público Federal requereu a retomada da ação civil pública de R\$155 bilhões. Diante destes desdobramentos, Vale, Samarco, BHPB e Ministérios Públicos Federal e Estadual iniciaram negociações para buscar um acordo definitivo das obrigações estabelecidas no TTAC e da ação de R\$155 bilhões movida pelo Ministério Público Federal.

O objetivo da Vale com um potencial acordo é obter um ambiente estável para a execução dos programas de reparação e compensação. Contudo, o possível acordo ainda é incerto, pois está sujeito à conclusão das negociações e aprovação pela Vale, autoridades competentes e partes intervenientes.

A estimativa do impacto econômico de um possível acordo dependerá principalmente de (i) uma avaliação detalhada das estimativas dos valores a serem gastos nos projetos de reparação e compensação que estão em discussão, (ii) uma análise do escopo detalhado de tais projetos para determinar sua correspondência com as iniciativas e montantes já provisionados; e (iii) o momento da execução dos projetos e desembolsos, que impactarão o valor presente das obrigações.

Portanto, até que sejam concluídas as negociações, a Fundação Renova continuará implementando os programas conforme estabelecido nos acordos e os custos estimados para realização destes programas estão refletidos na provisão registrada pela Vale em suas demonstrações financeiras.

Denúncia criminal

Em setembro de 2019, o juiz rejeitou todas as acusações criminais contra os representantes da Vale relacionadas ao primeiro grupo de acusações, que diz respeito aos resultados advindos da ruptura da Barragem de Fundão, remanescendo apenas a pessoa jurídica no polo passivo. Também permaneceu inalterada a denúncia em relação ao segundo grupo de acusações em que se imputa a prática de supostos crimes contra a Administração Pública Ambiental pela Vale e um de seus executivos. A Vale está se defendendo e até o momento, não é possível estimar quando uma decisão final sobre o caso será proferida. A Vale avaliou que o risco de perda é possível e, considerando a fase inicial do processo, não é possível neste momento estimar com confiabilidade o montante de uma eventual perda para a Vale.

Ação de contribuição no Reino Unido

Em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, a BHP Group Limited (“BHP”) é ré em uma ação coletiva por supostos danos perante o tribunal da Inglaterra e do País de Gales. Esta ação contempla somente a BHP e foi proposta em nome de pessoas físicas, jurídicas e municípios do Brasil supostamente afetados pelo rompimento.

Notas Explicativas

Em dezembro de 2022, a BHP entrou com uma ação de contribuição contra a Vale, requerendo que a Vale se responsabilize pelo pagamento em caso de eventual indenização, na proporção da participação detida na Samarco. A Vale entende que não está sujeita à jurisdição do tribunal inglês, não possui uma obrigação contratual de arcar com indenizações desta natureza e, portanto, avaliou que o risco de perda desta ação é remoto.

Seguros

Desde o rompimento da barragem de Fundão, a Vale negociou o pagamento de indenizações com as seguradoras, com base nas suas apólices de responsabilidade civil. Em 2021, a Vale recebeu pagamentos no montante de R\$181 milhões. A Vale reconheceu esses ganhos no resultado como “Resultado de participações e outros resultados em coligadas e *joint ventures*”. A Vale não recebeu seguro adicional em 2022 e não espera o recebimento adicional de valores materiais no futuro.

A Vale é uma sociedade por ações de capital aberto e, por consequência, arquiva suas informações na CVM. Desta forma, é possível consultar maiores detalhes de suas informações, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, no site www.cvm.gov.br.

Notas Explicativas

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração**Presidente**

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente

Alexandre da Silva Glüher

Membros

Denise Aguiar Alvarez

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Milton Matsumoto

Maurício Machado de Minas

Fernando Jorge Buso Gomes

José Luiz Osório de Almeida Filho

Rubens Aguiar Alvarez

Conselho Fiscal**Efetivos**

Ariovaldo Pereira

João Carlos de Oliveira

Joaquim Caxias Romão

Raphael Manhães Martins

Wilfredo João Vicente Gomes

Suplentes

Artur Padula Omuro

João Batista de Moraes

Frederico William Wolf

Fabio Guimarães Vianna

Ricardo Reisen de Pinho

Diretoria**Diretor-Presidente**

Fernando Jorge Buso Gomes

Diretor

Marcelo Santos Dall'Occo

Cid de Oliveira Guimarães

Contador - CRC 1SP218369/O-0

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE - ITR

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: BRADESPAR S.A.					Posição em 29/12/2022 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Cidade de Deus - Cia. Cial de Participações	50.694.589	36,7379	340.435	0,1334	51.035.024	12,9828
NCF Participações S.A.	34.322.985	24,8735	2.525.090	0,9898	36.848.075	9,3738
Fundação Bradesco	20.533.114	14,8802	-	-	20.533.114	5,2234
BlackRock, Inc. (Fundos)	-	-	24.845.968	9,7394	24.845.968	6,3206
Fundo de Investimento Geração Futuro LPAR	-	-	13.069.600	5,1232	13.069.600	3,3248
BTG Pactual	77.000	0,0558	15.910.250	6,2367	15.987.250	4,0670
Grantham, Mayo, Van Otterloo & Co. LLC	-	-	25.772.618	10,1027	25.772.618	6,5563
Demais Acionistas	32.362.210	23,4526	172.642.751	67,6747	205.004.961	52,1513
Total	137.989.898	100,00	255.106.712	100,00	393.096.610	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: CIDADE DE DEUS CIA. COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES					Posição em 29/12/2022 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nova Cidade de Deus Particip. S.A	3.758.724.093	47,9309	-	-	3.758.724.093	47,9309
Fundação Bradesco	2.779.096.922	35,4388	-	-	2.779.096.922	35,4388
Maria Ângela Aguiar	411.197.692	5,2436	-	-	411.197.692	5,2436
Outros	892.940.817	11,3867	-	-	892.940.817	11,3867
Total	7.841.959.524	100,00	-	-	7.841.959.524	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A.					Posição em 29/12/2022 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundação Bradesco	163.332.621	46,3016	373.794.914	100,00	537.127.535	73,9282
BBD Participações S.A.	189.425.112	53,6984	-	-	189.425.112	26,0718
Total	352.757.733	100,00	373.794.914	100,00	726.552.647	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: NCF PARTICIPAÇÕES S.A.					Posição em 29/12/2022 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundação Bradesco	423.598.233	25,1288	1.502.370.308	100,00	1.925.968.541	60,4116
Cidade de Deus - Cia. Cial de Participações	1.259.587.222	74,7216	-	-	1.259.587.222	39,5093
Nova Cidade de Deus Particip. S.A.	2.521.897	0,1496	-	-	2.521.897	0,0791
Total	1.685.707.352	100,00	1.502.370.308	100,00	3.188.077.660	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: BBD PARTICIPAÇÕES S.A.					Posição em 29/12/2022 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
NCD Participações Ltda	-	-	74.784.306	48,4210	74.784.306	24,1960
Tesouraria	47.346.860	30,6193	23.831.923	15,4306	71.178.783	23,0295
Luiz Carlos Trabuco Cappi	11.781.823	7,6193	446.272	0,2889	12.228.095	3,9563
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme	10.982.320	7,1023	486.739	0,3152	11.469.059	3,7107
Milton Matsumoto	10.270.667	6,6421	486.691	0,3151	10.757.358	3,4805
Denise Aguiar Alvarez	8.178.346	5,2890	387.342	0,2508	8.565.688	2,7714
Outros	66.070.761	42,7281	54.022.860	34,9784	120.093.621	38,8556
Total	154.630.777	100,00	154.446.133	100,00	309.076.910	100,00

POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 29/12/2022						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	107.442.571	77,8626	2.865.525	1,1233	110.308.096	28,0613
Administradores						
Conselho de Administração	228.423	0,1655	1.232.853	0,4833	1.461.276	0,3717
Diretoria	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	9	0,000004	9	0,000002
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas	30.318.904	21,9718	251.008.325	98,3935	281.327.229	71,5669
Total	137.989.898	100,00	255.106.712	100,00	393.096.610	100,00
Ações em Circulação	137.989.898	100,00	255.106.712	100,00	393.096.610	100,00

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 30/12/2021 (12 meses atrás)						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	107.442.571	77,8626	2.865.525	1,1233	110.308.096	28,0613
Administradores						
Conselho de Administração	157.185	0,1139	826.434	0,3240	983.619	0,2502
Diretoria	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas	30.390.142	22,0235	251.414.753	98,5528	281.804.895	71,6885
Total	137.989.898	100,00	255.106.712	100,00	393.096.610	100,00
Ações em Circulação	30.390.142	22,0235	251.414.753	98,5528	281.804.895	71,6885

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Bradespar S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Bradespar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Bradespar S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradespar S.A. e da Bradespar S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Investimento direto na Vale S.A. ("Vale")

Conforme divulgado nas notas 1(b), 3(h), 8 e 18, a Companhia detém participação societária na Vale, avaliada pelo método de equivalência patrimonial, considerando sua influência significativa.

As demonstrações financeiras da Vale apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas às operações que requerem elevado nível de julgamento para mensuração e registro dos eventos e apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis, que podem afetar o resultado da Vale e consequentemente o resultado da Companhia de forma relevante, envolvem as seguintes principais áreas:

- Provisão para descaracterização de barragens:

A provisão para descaracterização de barragens envolve um alto nível de julgamento crítico por parte da administração da Vale, bem como alto grau de complexidade na determinação das soluções e premissas de engenharia, uma vez que as referidas barragens e estruturas possuem características diferentes e encontram-se em diferentes estágios de maturidade dos projetos de engenharia, alguns deles ainda em fase de engenharia conceitual.

- Provisão para contingências tributárias:

A determinação do valor da provisão para contingências tributárias, bem como dos passivos contingentes e posições fiscais incertas depende de julgamentos críticos da administração da Vale quanto ao prazo, prognóstico de perda e valor de liquidação. Devido às incertezas inerentes a essas estimativas e a relevância que as mesmas têm na apuração dos resultados da Vale e na consequente apuração do resultado de equivalência patrimonial e determinação do saldo de investimento nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, os assuntos acima foram consideradas áreas de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, testes sobre a apuração da equivalência patrimonial sobre o investimento na Vale.

Adicionalmente, os procedimentos de auditoria em relação às estimativas contábeis críticas incluíram comunicação e o envio de instruções aos auditores da Vale com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos

trabalhos. Assim, analisamos as comunicações e relatórios recebidos dos auditores da Vale e discutimos os procedimentos realizados e os resultados alcançados.

Especificamente em relação às estimativas contábeis críticas, consideramos:

- Os trabalhos executados e as conclusões dos auditores, incluindo seus especialistas quando aplicável, quanto à avaliação das premissas e metodologia usadas pela administração da Vale; e
- As divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vale e as correspondentes divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Consideramos que as divulgações em notas explicativas são consistentes com as evidências de auditoria obtidas.

Porque é um PAA
Contingências fiscais e cíveis

Conforme divulgado nas notas 3(i) e 9, a Companhia é parte em processos judiciais de natureza fiscal e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda, a mensuração e divulgação das contingências envolve julgamento por parte da Administração que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, devido à relevância e o nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda e a mensuração de cada processo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e o entendimento dos processos judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte, bem como confirmamos com os assessores jurídicos externos os dados dos correspondentes processos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Consideramos que os critérios adotados pela Administração para a determinação da provisão para contingências fiscais e cíveis, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda

liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da Bradespar S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração sobre o desempenho da Sociedade e das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022, incluindo a proposta do Conselho de Administração, apresentada nesta data, para pagamento de dividendos, no montante de R\$470.000.000,00, os quais serão submetidos à apreciação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27.4.2023, em complemento àqueles já declarados no decorrer do exercício de 2022.

À vista do Relatório de Revisão elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sobre as mencionadas Demonstrações Contábeis, apresentado sem ressalvas, são de opinião de que:

1) as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação societária vigente, foram elaboradas e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, refletindo adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade; e

2) os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos acionistas da Companhia na próxima Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, SP, 27 de março de 2023

Membros do Conselho Fiscal

- Ariovaldo Pereira
- João Carlos de Oliveira
- Joaquim Caxias Romão
- Raphael Manhães Martins
- Wilfredo João Vicente Gomes

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração do Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Eu, Fernando Jorge Buso Gomes, declaro que:

1. com base em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as conclusões expressas no Relatório elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância; e
2. revisei o relatório das Demonstrações Financeiras da BRADESPAR relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022, e, com base nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações refletem adequadamente todos os aspectos relevantes e a posição patrimonial e financeira correspondentes ao período apresentado.

São Paulo, SP, 27 de março de 2023.

Fernando Jorge Buso Gomes
Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração do Diretor

Eu, Marcelo Santos Dall'Occo, declaro que:

1. com base em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as conclusões expressas no Relatório elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância; e
2. revisei o relatório das Demonstrações Financeiras da BRADESPAR relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022, e, com base nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações refletem adequadamente todos os aspectos relevantes e a posição patrimonial e financeira correspondentes ao período apresentado.

São Paulo, SP, 27 de março de 2023.

Marcelo Santos Dall'Occo
Diretor